



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MORGANA LUIZA DE LIMA GOMES

UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES DE
DESIGUALDADE DE THOMAS PIKETTY E JOSEPH STIGLITZ:
E uma visão geral da desigualdade de renda no Brasil

Caruaru-PE,

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES DE
DESIGUALDADE DE THOMAS PIKETTY E JOSEPH STIGLITZ:
E uma visão geral da desigualdade de renda do Brasil

MORGANA LUIZA DE LIMA GOMES

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado. Sob orientação do Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins e coorientação do Prof. Bruno Tadeu Lopes Siqueira de Moura.

ANDRÉ LUIZ DE MIRANDA MARTINS

(ORIENTADOR)

BRUNO TADEU LOPES SIQUEIRA DE MOURA

(COORIENTADOR)

Caruaru-PE,

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

G633c Gomes, Morgana Luiza De Lima.
Uma comparação entre as concepções de desigualdade de Thomas Piketty e Joseph Stiglitz: E uma visão geral da desigualdade de renda do Brasil. / Morgana Luiza de Lima Gomes. – 2018.
30 f. : 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins.
Coorientador: Bruno Tadeu Lopes Siqueira de Moura.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Renda - Distribuição. 2. Capital. 3. Desigualdade social. I. Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Moura, Bruno Tadeu Lopes Siqueira de (Coorientador). III. Título.

CDD 330 (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-369)

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Gestão
Departamento de Economia**

MORGANA LUIZA DE LIMA GOMES

**UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES DE DESIGUALDADE DE
THOMAS PIKETTY E JOSEPH STIGLITZ: E uma visão geral da desigualdade
de renda do Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Caruaru-PE, 06 de Dezembro de 2018.

Prof. Dr. André Luiz de Mirando Martins
Orientador
NG/UFPE/CAA

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
NG/CAA/UFPE.

Prof. MSc. Bruno Tadeu Lopes Siqueira de Moura – UFPB.

Dedico este trabalho com todo o meu amor e de todo o meu coração a minha amada e eterna avó, que hoje é meu anjo da guarda, mas que antes era a minha maior incentivadora e protetora, responsável por me mostrar o poder que tem a fé e o amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente que me proporciona saúde e a força necessária para que eu possa seguir sempre em frente na busca dos meus sonhos superando todos os desafios e obstáculos que se impõe no meu caminho, e que mesmo quando a vida tenta me derrubar ele sempre está ao meu lado para me erguer.

Ao meu orientador André Martins, pela disposição, atenção e suporte na elaboração deste trabalho.

Ao meu coorientador Bruno Moura por todo apoio e dedicação nesta etapa importante.

Ao meu companheiro e namorado Mairon Eduardo, por me ensinar a ter paciência e estar ao meu lado em todos esses momentos.

As minhas melhores amigas e companheiras de classe Thays Fernanda e Rafaela Borges, por todos esses anos que fortaleceram nossos laços de amor, cumplicidade e amizade, e por todo apoio e ajuda que me proporcionaram nessa jornada.

A todos os meus amigos não mencionados que tiveram participação especial nessa fase importante da minha vida.

Ao meu Pai José Aauto Gomes, que é a minha fonte de inspiração, a minha fortaleza, o dono de um coração lindo e cheio de amor, aquele que enche meu coração de orgulho por toda força e superação de vida e que me motiva a ser uma pessoa melhor e ter a determinação para não desistir da busca pelos meus objetivos.

A minha mãe Livaneide Maria de Lima, que é o meu porto seguro, a razão da minha vida, a dona de uma alma linda e iluminada, aquela que é capaz de me passar segurança e paz só pelo fato de respirar, que me transmite toda a coragem, tranquilidade e positividade para enfrentar os desafios da vida.

Meus pais, saibam que todas as minhas conquistas são pra vocês, toda a minha luta são por vocês, e tudo o que sou hoje eu devo a vocês.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os aspectos da desigualdade como um dos principais problemas contemporâneo, buscando atribuir uma participação da distribuição de renda e da concentração de capital como fatores envolvidos nesse contexto, mediante a abordagem dos efeitos evidenciados pelas concepções de desigualdade concebidas pelos autores Thomas Piketty e Joseph Stiglitz. A confrontação entre os autores pretende demonstrar de modo geral o ponto em que as teorias se divergem. O trabalho procura dar uma atenção especial mostrando brevemente o caso da desigualdade de renda no Brasil acrescentando importância as perspectivas dos autores em procurar entender como a desigualdade está disseminada no Brasil e como as discussões de ambos os autores poderia contribuir para propagar a redução da desigualdade.

Palavras-chave: Desigualdade; Renda; Concentração; Capital.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the aspects of inequality as the main contemporary problem, seeking to attribute a participation of income distribution and concentration of capital as factors involved in this context, by approaching the effects evidenced by the conceptions of inequality conceived by the authors Thomas Piketty and Joseph Stiglitz. The confrontation between the authors aims to demonstrate in general the point at which the theories diverge. The paper seeks to give a special attention briefly showing the case of income inequality in Brazil, increasing the authors' perspectives in trying to understand how inequality is disseminated in Brazil and how the discussions of both authors could contribute to propagate the reduction of inequality.

Keywords: Inequality; Income; Concentration; Capital.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SEGUNDO O ECONOMISTA THOMAS PIKETTY.....	12
3	A PERSPECTIVA DE JOSEPH STIGLITZ EM RELAÇÃO A DESIGUALDADE.....	17
4	O CONFRONTO ENTRE OS AUTORES	21
5	A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL.....	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social nos países tem sido um tema básico de estudo das ciências sociais, inclusive da economia. Esse fenômeno é um processo que está no interior das relações com a sociedade e na maioria das vezes é determinada por questões políticas, econômicas e sociais. A desigualdade de renda, considerada uma parte específica da desigualdade, é sem dúvida, um dos temas principais da ciência econômica. Esse debate tomou grandes dimensões e diferentes discussões entre as vertentes econômicas.

Entre essas vertentes, os liberais acreditavam que todos os indivíduos devem ter a mesma garantia e os mesmos direitos. Manter a garantia de liberdade perante a lei é o suficiente para gerar uma sociedade com oportunidades iguais. Para os liberais o importante é a igualdade no ponto de partida. Tudo que venha a ser conquistado depois é acolhido pela meritocracia. Por isso, eles apoiam o livre mercado. E defendem que mais importante do que reduzir a desigualdade é reduzir a pobreza e a miséria.

Por outro lado, Karl Marx se destaca com seus princípios de que a desigualdade é uma consequência da divisão de classes, onde as classes dominantes mantêm o poder sobre as classes dominadas. Em suas obras ele considera que, embora a lei garanta os mesmos direitos, as estruturas das sociedades capitalistas são marcadas pelas mais profundas desigualdades. E por isso alguns indivíduos acabam tendo enormes vantagens nas suas posições na pirâmide social. Assim, ao fazer a divisão da classe social entre burguesia (a classe dominante) e proletários (a classe dominada), Marx criou o conceito de mais-valia, que expressa a diferença entre o que a mão-de-obra produz e o que ela recebe. A partir da mais-valia Marx chega à conclusão de que o capitalismo só existe por causa da imensa diferença entre as classes, no qual, gera uma estrutura social profundamente desigual e injusta.

Desse modo, com a ascensão do capitalismo, surgiu o debate sobre como reduzir a desigualdade de renda. A despeito disso, o presente trabalho procura dar uma atenção especial a desigualdade social desempenhando como centro de análise o papel da desigualdade de renda como um dos principais problemas econômicos contemporâneo, que está presente em diversos países do mundo. E por essa razão vem sendo um dos temas principais de debates econômicos.

Muitos teóricos dessa área centraram seus argumentos em ideias que tinham como objetivo uma melhor distribuição da renda entre os integrantes da sociedade. Segundo Atkinson,

"Não dá para separar pobreza e desigualdade. Se você quer reduzir a pobreza, precisa pensar na distribuição dos resultados, porque eles estão interconectados" (Atkinson, A. 2016, apud, Caleiros, J. 2016). A concentração de riqueza mantida pela minoria é uma das causas mais preocupantes do aumento da desigualdade.

Quando falamos de bem-estar, a maioria pensa em algum tipo de igualdade de oportunidade e chance de desenvolver seus talentos. E é impossível ter igualdade de oportunidade com desigualdade excessiva de resultados. A desigualdade de renda e riqueza significa que não temos um campo de atuação equitativo. (Atkinson, A. 2016, apud, Caleiros, J. 2016)

Com isso, as discussões de Thomas Piketty e Joseph Stiglitz acerca dos melhores caminhos para se alcançar a redução da desigualdade frequentam esse cenário. Para Piketty, a desigualdade excessiva prejudica a economia e o crescimento como um todo. O elemento fundamental responsável pelo crescimento da desigualdade está relacionada as causas do sistema capitalista e o seu conseqüente acúmulo de riqueza. Contudo, para Stiglitz, a desigualdade é fruto de políticas mal sucedidas que vão de encontro com as regras básicas de mercado dentro do sistema econômico.

Em tese, combater a desigualdade é um processo essencial para países que anseiam alcançar o desenvolvimento. "O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, A. 2000, p. 18). De modo geral, com o intuito de promover aspectos estratégicos de desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir de 2010, atribui um papel importante a busca pela igualdade.

Conforme a CEPAL, por duas razões a igualdade é o ponto central do desenvolvimento. A primeira razão concerne no âmbito de que atingir um nível de igualdade promove políticas com uma base permanente centrada em um comportamento de direitos e um interesse humanista. A segunda razão, é que a igualdade se apresenta como uma circunstância para o modelo de desenvolvimento ligado a aspectos como a inovação, sustentabilidade econômica e

ambiental, fortalecimento da democracia e aos efeitos positivos que causam na produtividade. (CEPAL, 2018, p. 5)

A despeito disso, a desigualdade é vista não somente como uma consequência, ela é decisiva no funcionamento da economia. “A mensagem central é que a desigualdade implica grandes custos de eficiência, o que significa que sua superação é uma condição necessária para o desenvolvimento” (CEPAL, 2018, p. 6). As políticas em benefício da igualdade além de conduzirem resultados positivos em relação ao bem-estar social, fornece um sistema econômico propício para o aumento da produtividade, a inovação e aprendizagem.

Em comparações internacionais entre os países, o Brasil particularmente destaca-se pela alta desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. A desigualdade é muito elevada no Brasil devido a fatores históricos. Um aspecto fundamental foi a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia dos países Latino-americanos tinha como centro a produção e exportação de produtos primários. No caso do Brasil, Furtado destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial. (Hoffmann, 2001, p. 68)

Assim, o trabalho dispõe de quatro partes teóricas. A primeira parte centra-se na concepção da desigualdade de Thomas Piketty, onde é abordado as causas, os efeitos e as soluções propostas pelo autor acerca do problema da desigualdade. Na segunda parte é apontada a visão de Stiglitz em relação a desigualdade, como ela surgiu, e as decisões a serem tomadas para reduzi-la. Posteriormente, é exposto um confronto entre os dois autores, analisando os pontos que ambas teorias divergem. E por fim, analisa-se como a desigualdade está disseminada no Brasil e como as discussões dos autores contribuem para propagar a redução da mesma.

2 A QUESTÃO DA DESIGUALDADE SEGUNDO O ECONOMISTA THOMAS PIKETTY

“A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem.” (Piketty, 2014, p. 27). Ou como foi bem colocado, “ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos.” (Piketty, 2014, p. 27). Antes de começar o estudo sobre desigualdade pela ótica de Thomas Piketty, é importante destacar que quando o assunto é a distribuição de renda não se deve confiar inteiramente no determinismo econômico, nem sempre a realidade é uma consequência direta de suas causas. O mecanismo de distribuição de riqueza apresenta uma ferramenta de grande poder, que pode convergir ou divergir, sem que haja um método natural para impedir as forças que fomentam a desigualdade.

Para Piketty, a desigualdade e a redistribuição se encontra no centro dos conflitos políticos. Esses conflitos entre direita e esquerda, são interpretados como análises contrárias dos meios econômicos e sociais que geram a desigualdade. No entanto, esse atrito em relação ao método adequado da ação política de redistribuição não possui princípios opostos de justiça social. A justiça social é vista como uma combinação de políticas distributivas e políticas de crescimento, é uma tentativa de união entre crescimento econômico e redução da desigualdade. Piketty considera capital como sinônimo de riqueza. E defini como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos em algum mercado. Ele é composto pelo capital imobiliário, financeiro e profissional.

“Durante muito tempo, os debates intelectuais e políticos sobre a distribuição da riqueza se alimentaram da abundância de preconceitos e da pobreza de fatos.” (Piketty, 2014, p. 10). O economista discorda das crenças que se fundiram em relação ao capital. A “hipótese do capital humano crescente”, que supõe o aumento da participação do trabalhador devido ao crescimento das tecnologias de produção. E a substituição da “luta de classes” pela “luta de gerações”, devido ao aumento da expectativa de vida. Essas crenças são consideradas ilusões, pois não há indícios do aumento da participação do trabalho na renda nacional nos últimos anos. A única certeza é a de que o capital é essencial no sistema capitalista.

A difusão do conhecimento é considerada a principal força de convergência que reduz a desigualdade, quando se vem atrelada a políticas educacionais e investimento na qualificação de mão de obra. No entanto, ela também pode ser divergente e contribuir para o aumento da

desigualdade. As divergências mais alarmantes, são a título de exemplo, aquelas no qual, as pessoas que recebem supersalários se afastam do restante da população e na concentração de renda, em um cenário de alta taxa de rendimento do capital combinada com baixa taxa de crescimento da produção.

Piketty inicia sua análise sobre desigualdade a partir da “Curva de Kuznets”, que explica a desigualdade através de fases durante o processo de desenvolvimento do país, sendo representada por uma curva em formato de \cap , onde a desigualdade teria uma tendência a se elevar durante o período de industrialização, logo após, atingiria um ponto de estabilização e haveria uma aptidão natural para sua redução.

Um dos principais problemas causadores da desigualdade econômica visto por Piketty é a concentração de capital nas mãos de poucos. Enquanto a acumulação cresce de forma rápida, a redistribuição acontece lentamente. Ele percebeu que o acúmulo de riqueza gera renda em diversas formas diferentes para o proprietário do capital, consistindo no aumento do acúmulo de capital e na criação dos supersalários dos trabalhadores ricos. No entanto, esses trabalhadores ricos não consomem toda renda que recebem e se tornam capitalistas também, poupando renda para formar capital e liberando uma pequena parcela para os trabalhadores mais pobres.

Então, para analisar o efeito entre o estoque de capital e o seu fluxo de renda, Piketty desenvolve a Primeira Lei Fundamental do Capitalismo: $\alpha = r \times \beta$. Onde α representa a participação do capital na renda nacional, r : a remuneração do capital e β : a relação capital/renda. Essa equação mostra o número de vezes que o estoque de capital é superior a posse da renda.

Ao verificar a transformação do capital, Piketty observou que não houve muita alteração na relação capital/renda. E assim, apresenta a Segunda Lei Fundamental do Capitalismo: $\beta = s/g$. Onde, nessa equação a razão estoque de capital/renda (β) é uma relação entre taxa de poupança (s) e taxa de crescimento (g). Então, ela mostra que um país que poupa bastante e tem um crescimento lento acumula no longo prazo um alto estoque de capital. Decorrendo em diversas consequências para a distribuição de riqueza e a estrutura social.

Em seguida foi desenvolvida a Terceira Lei Fundamental do Capitalismo também conhecida como “contradição central do capitalismo”: $r > g$. No qual, a grande influência sobre a distribuição da riqueza se dá pela relação entre o retorno do capital (r) e a taxa de crescimento (g). Se a taxa de crescimento for inferior ao rendimento do capital aumenta-se o risco de divergência em termos distributivos. Essa desigualdade expressa na equação $r > g$ é a razão central para a concentração do capital.

Piketty relaciona duas variáveis de natureza distinta em sua tese sobre a desigualdade, uma microeconômica e outra macroeconômica. E explica que a comparação entre r e g é importante pois implica resultados significativos, onde uma diferença muito grande indica que a desigualdade inicial de riqueza tende a se ampliar ameaçando a estabilidade em muitos países.

Assim, uma das principais contribuições de Piketty é a discussão de que a desigualdade aumentará se os rendimentos do capital crescerem mais do que a taxa de crescimento anual da renda e da produção. Em tese, o estudo de Piketty, é propriamente evidenciar que uma pequena diferença entre essas taxas de crescimento pode ocasionar graves efeitos e consequências para a estrutura da sociedade no longo prazo.

Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas. (Piketty, 2014, p. 9)

A lógica parte da suposição de que o juro representa a taxa de crescimento do capital. Quando a taxa de juros é maior do que o crescimento da economia, cresce a desigualdade. Se o capital cresce mais rápido do que a renda como um todo, então a riqueza dos capitalistas fica maior do que a renda dos trabalhadores.

Paul Krugman comenta que o grande diferencial do estudo de Piketty em relação a desigualdade é a forma como ele contraria o pensamento dos conservadores de que a sociedade vive em uma meritocracia onde as grandes fortunas conquistadas são bem merecidas. E acrescenta que Piketty “apresenta um novo modelo que integra o conceito de crescimento econômico com o de distribuição de ingressos salariais e riqueza. Mudará o modo como pensamos sobre a sociedade e a economia.” (Krugman, 2014)

Piketty salienta que a desigualdade pode ser examinada em três partes, a desigualdade da renda do trabalho; a desigualdade da propriedade do capital e das rendas que dela resultam; e a relação entre essas duas, a desigualdade total. Em qualquer período ou lugar, o capital é sempre mais desigual do que a renda do trabalho. E essa concentração de riqueza pode ser explicada pela herança e suas consequências de acumulação.

Dessa forma, o controle da desigualdade é vista como um fator essencial para a estrutura social de todos os países. Onde o contrário, pode trazer consequências relutantes de longo prazo.

A questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que seja assim mesmo. A realidade concreta e orgânica da desigualdade é visível para todos os que a vivenciam e inspira, naturalmente, julgamentos políticos contundentes e contraditórios. (Piketty, 2014, p.10).

Assim, Piketty afirma que os mercados não possuem as ferramentas necessárias para conduzir o processo. O elemento fundamental que seria capaz de evitar um aumento da desigualdade é a ação do Estado. Apontando que o Estado tem a função de controlar a desigualdade econômica além de fornecer saúde, educação, segurança e aposentadoria. Parte da explicação reside na atuação do Estado. O Estado possui capacidade para fazer investimentos em políticas públicas. E deve se utilizar dessa capacidade para promover a igualdade. E o argumento principal para frear essa desigualdade é a imposição de um imposto progressivo global sobre o capital. Esse imposto teria como finalidade gerar transparência democrática e financeira dos patrimônios. Além de manter o interesse geral sobre o interesse privado, preservando a concorrência no mercado e a abertura comercial. Contudo, o economista reconhece que a ideia desse imposto progressivo sob uma forma global é utópica em termos das situações em gerais, no entanto, ele diz ser necessário expandir a questão do imposto sobre o capital para um contexto mais amplo: o do papel do poder público na produção e distribuição das riquezas. Somando-se a isso, acredita que a ausência de impostos seria impossível a ação coletiva e a sociedade não teria um destino comum.

O economista sugere o imposto sobre o capital para a geração de recursos que podem financiar a educação. Em relação à aposentadoria, sugere ainda, um sistema único fundado em contas individuais, permitindo a cada um adquirir os mesmos direitos, não importando a trajetória profissional. Ele propõe uma taxa de 0,1% sobre o capital para obter dados da riqueza no mundo e manter a transparência. As taxas serviriam para definir normas e categorias e para impor um modelo de leis na atividade econômica. Sua ideia é direcionar o tipo de taxa que o indivíduo tem que pagar, independentemente de onde estariam seus ativos.

Piketty reconhece que uma taxaço progressiva muito alta é uma atitude um tanto polêmica já que o estado já detém uma grande fatia da riqueza produzida pelas empresas e indivíduos. No entanto, sua proposta é delimitada para cada lugar de acordo com o estado econômico em que se encontra. Para a Europa ele sugere reduzir os impostos para a classe média e aumentá-los para os detentores de maiores patrimônios. Porque no caso da Europa a concorrência fiscal faz com que as grandes empresas paguem menos imposto em comparação às pequenas e médias empresas.

Um dos problemas em colocar em prática o aumento dos tributos é o baixo nível de confiança da população sobre o estado. Para Piketty a desconfiança é totalmente justificável. Geralmente quando ocorre uma desregulamentação o papel do estado é questionado. Contudo, ele afirma que existe outros métodos de atingir esses objetivos, isto é, permitir a inflação, no qual traz altos riscos ou colocar em prática o imposto progressivo sobre o patrimônio, que influi menos riscos, pois compreende as classes mais ricas da população.

A evolução dinâmica de uma economia de mercado e de propriedade privada, deixada à sua própria sorte, contém forças de convergência importantes, ligadas sobretudo à difusão do conhecimento e das qualificações, mas também forças de divergências vigorosas e potencialmente ameaçadoras para nossas sociedades democráticas e para os valores de justiça social sobre os quais elas se fundam. (Piketty, 2014, p. 555)

Portanto, o objetivo principal de Piketty em seu estudo sobre a desigualdade é a tentativa de tornar a concentração de capital menos desigual. A fórmula central do seu método de análise fundamentou-se na comparação entre a taxa de rendimento do capital (r) e a taxa de crescimento da produção (g). Onde, haverá concentração de renda quando $r > g$. O economista justifica que taxar o capital foi a solução mais apropriada pois, contribuiria para aumentar a arrecadação do governo e incentivaria o capitalista (detentor do capital) a utilizar seu capital como investimento evitando a acumulação e movimentando o mercado. Dessa forma, não há Estado social sem Estado fiscal, esse é o argumento utilizado por Piketty. Mas, em relação à crise e corrupção, as soluções fiscais apresentadas por Piketty, de fato, não são suficientes. E assim, ele afirma que é necessário acreditar na democracia.

3 A PERSPECTIVA DE JOSEPH STIGLITZ EM RELAÇÃO A DESIGUALDADE

Segundo Stiglitz, “a desigualdade é uma escolha – o resultado acumulado de políticas injustas e prioridades equivocadas” (Fronteiras do pensamento, 2015). Ele explica que para compreender porque a desigualdade é dita como uma escolha, é necessário entender que embora os países apresentem um nível de desigualdade diferente em cada lugar (apresentando uma grande diferença entre os níveis) as forças econômicas que estão presente na desigualdade são as mesmas em todos os países.

Stiglitz aborda sobre a desigualdade analisando a crise financeira dos Estados Unidos de 2007-2008. Ele não apoia o fim da desigualdade para atingir uma igualdade total, ele defende a redução da desigualdade para que o sistema econômico não afunde em crises e colapsos. E atribui características a política americana como um campo de batalha onde os 1% mais ricos têm vencido a parcela dos outros 99% da população, e acrescenta que ainda é mais alarmante, pois, a minoria que concentra a renda controla a compreensão da maioria e faz parecer que todos os interesses são os mesmos.

“Não estou defendendo a eliminação da desigualdade. Mas o extremo a que chegamos é muito ruim. Em particular, a forma como ela é produzida. Poderíamos ter uma sociedade mais igual e uma economia mais eficiente, mais estável, com maior crescimento”, dito isso em relação aos EUA (Stiglitz, 2012, apud, Fronteiras do pensamento, 2012). O economista ressalta que as justificativas e conclusões reiteradas dos Estados Unidos e de outros países nos últimos 30 anos não obtiveram sucesso. Pois, acarretaram no crescimento da desigualdade econômica em conjunto do aumento da concentração de renda. Stiglitz considera que um sistema econômico que não tem a capacidade de proporcionar bem-estar para a sociedade é um sistema falho.

O autor busca esclarecer que as desigualdades não são inevitáveis nem contém validade em leis ou suposições da economia. Elas são consequências das decisões e orientações ideológicas moldadas pelos detentores da maior parcela da renda para benefício próprio, sem auferir distribuição para o restante da população. Portanto, a crítica é relacionada a constituição política que rege um país com altos níveis de desigualdade.

A questão não é igualdade, mas sim extrema desigualdade. Muitas das desigualdades extremas são criadas por leis ineficazes, que têm um grande papel na criação da desigualdade. Somando-se a isso, temos investimentos inadequados em educação, continuamos a discriminar, a enfraquecer os sindicatos, em particular, nos Estados Unidos. Portanto, o que vemos é uma série de políticas que têm ajudado os que estão no topo, mas ferido a base da pirâmide. (Stiglitz, apud, Fronteiras do pensamento, 2015)

Stiglitz refuta a ideia de que a economia deve crescer entre os mais ricos para posteriormente as fatias serem redistribuídas entre os demais indivíduos. Alegando que a minoria mais rica cumpriu bem o seu papel, mas não se pode dizer o mesmo para o restante da população. Dessa forma, esta afirmação ressalta que nem os mercados nem o crescimento econômico são capazes de solucionar o problema da desigualdade por si só. “O governo molda as forças de mercado” (Stiglitz, 2012 p. 60). E dessa forma, são os mercados que moldam as desigualdades.

A importância de uma economia mais eficiente e uma sociedade mais justa que é atribuída por Stiglitz faz referência não só a melhoria dos mercados competitivos ao reduzir a exploração, essas regras tem importância no sistema econômico no tocante a distribuição. Quando as regras são conduzidas de forma errada o nível de eficiência é reduzido, trazendo consequências para diversas áreas da economia. Assim como Stiglitz, a CEPAL estima que a desigualdade é responsável por provocar grandes custos de eficiência, pelo qual superá-la significa um requisito necessário para o desenvolvimento (CEPAL, 2018, p. 5).

Nesse sentido, Stiglitz aponta como fatores que contribuem para desigualdade, a globalização, as inovações tecnológicas e as baixas qualificações, no qual essa última apresenta um alto nível de influência, pois num cenário de globalização com um mercado de trabalho que valoriza os mais qualificados, o mercado oferece baixos salários e altos riscos de desemprego para os menos qualificados. Stiglitz critica também os privilégios que favorecem as empresas ou grupos de interesses privados, sendo eles rendas ou subsídios, pois desajustam as atividades econômicas além de contribuírem para o aumento da desigualdade.

Esses acontecimentos que vem sucedendo na América também tem ocorrido em muitos países ao redor do mundo, não é apenas pelo funcionamento rigoroso da economia de mercado. Existe países que conseguiram reverter esse padrão gerando bons resultados, em um meio onde

as forças de mercado e algumas políticas implementadas caminham para a desigualdade substancial devido as diversidades intelectuais, de interesses e habilidades. Essas sociedades contém um padrão de vida superior aos outros, em relação a renda, educação, saúde, segurança e outros elementos essenciais para atrair a qualidade de vida.

Stiglitz mostrou como um tanto da riqueza é derivado, de certa forma, pela procura por aluguel e as regras do jogo que estão inclinadas para proporcionar vantagens para os que já estão no topo. E que certas distorções e corrupções do sistema econômico que são disseminadas poderiam ser revertidas com algumas reformas propostas. “Há duas maneiras de se tornar rico: criar riqueza ou tirar a riqueza dos outros. O primeiro aumenta a sociedade. Este último normalmente subtrai dele, pois no processo de tirá-lo, a riqueza é destruída” (Stiglitz, 2012, p. 45). De início, uma solução seria reduzir o setor financeiro, pois o excesso do mesmo é responsável pelo aumento da desigualdade.

Na verdade foram sugeridos sete tipos de reforma que poderiam fazer uma grande mudança no sistema econômico. Os demais são: frear a tomada excessiva do risco e as instituições financeiras “demasiado-grande-à-falha” e “demasiado-interligadas-à-falha”; Tornar os bancos mais transparentes, principalmente na análise de derivativos de balcão; Tornar os bancos e as empresas de cartão mais competitivos e assegurar que atuem de forma competitiva; Dificultar o envolvimento dos bancos em empréstimos predatórios e práticas excessivas de cartão de crédito, aumentando a taxa de juros nesse segmento; Conter os bônus que incentivam o risco excessivo; e fechar os centros bancários offshore (Stiglitz, 2012, p. 215)

A maioria dessas reformas estão relacionadas. A razão para essas alterações se justifica pelo de fato de ser alegado que um sistema bancário mais competitivo reduz a probabilidade de envolvimento em práticas excessivas e a procura por aluguel. No entanto, estas são reformas com um alto grau de dificuldade para serem implantadas, a contenção do setor financeiro não seria uma proposta acatada facilmente pelo sistema bancário, tendo em vista a alta evasão praticada pelos bancos. As leis de concorrência recebe um lugar importante dentro do debate sobre reformas para reduzir a desigualdade, elas tem um papel significativo quando são impostas de forma eficaz. Sem diminuir a importância do código jurídico para manter a eficiência e a equidade, as leis que comandam a concorrência e a governança corporativa são extremamente relevantes (Stiglitz, 2012, p. 216).

Para aprimorar a concorrência, Stiglitz propõe algumas reformas que contribuem não só para limitar o topo, mas também para acabar com algumas práticas monopolistas excessivas e conseqüentemente ajuda a aumentar o bem-estar. São elas: melhorar a governança corporativa

limitando o poder dos CEOs de desviar recursos corporativos para benefício próprio; reforma abrangente das leis de falências, do tratamento de derivativos a lares subaquáticos e empréstimos estudantis; encerrar os brindes governamentais nas compras ou na disposição de bens públicos; fim do bem-estar corporativo incluindo subsídios ocultos; reforma legal-democratizando o acesso à justiça e reduzindo a corrida armamentista (Stiglitz, 2012, p. 217).

Cada uma dessas reformas tem a capacidade de produzir uma maior eficiência econômica e maior busca pela igualdade. Stiglitz argumenta que para conceder receitas para outras necessidades públicas, e proporcionar a existência de oportunidades para todos os segmentos da população, torna-se necessário a implantação de impostos progressivos. É essencial a criação de uma renda mais progressiva e com um sistema tributário corporativo menos falho. Pois o sistema de imposto é sempre corrompido com isenções, brechas e preferências. “Os fracassos da política e da economia reforçam-se mutuamente. Um sistema político que amplifica a voz dos ricos oferece ampla oportunidade para que leis e regulamentos sejam concebidos de maneiras que enriquecem os ricos às custas do resto da sociedade.”(Stiglitz, 2012, p. 14)

Assim, as políticas fiscais é a solução mais eficiente vista pelo autor para corrigir a desigualdade e as injustiças sociais. “É a política que está modelando os mercados, e o nível de desigualdade está moldando a política. Há um ciclo vicioso: na medida em que temos mais desigualdade econômica, temos um sistema político que gera leis que criam ainda mais desigualdade” (Stiglitz, apud, Fronteiras do pensamento, 2015). Stiglitz defende um aumento dos impostos para os mais providos de renda e para as empresas que mais se beneficiam da exploração de recursos naturais ou de monopólios e as que mais poluem. No qual, para ele o termo poluição não se submete apenas para o contexto de poluição ambiental, ele agrega as perspectivas dos impactos econômicos e sociais negativos do funcionamento das empresas.

Feitas essas considerações, o enfoque principal de Stiglitz centra-se na concepção de que as desigualdades não são inevitáveis nem tão pouco são uma causa natural. De modo contrário, elas são consequências da composição de políticas públicas direcionadas para beneficiar a minoria da população mais rica. Portanto, Stiglitz sustenta a ideia de que é necessário uma reforma fiscal para produzir um sistema de tributação mais progressivo sobre os rendimentos individuais e das corporações e uma tributação mais eficaz das heranças, além de ações que eliminem as brechas jurídicas que ajudam os mais “poderosos” a se esquivarem dos impostos progressivos.

4 O CONFRONTO ENTRE OS AUTORES

O debate sobre desigualdade foi explanado por dois economistas renomados e conhecidos no século XXI, com recentes obras. Thomas Piketty e Joseph Stiglitz abordaram sobre a desigualdade de forma íntegra e empírica. Apesar dos autores estudados seguirem em busca de um mesmo objetivo que é a redução da desigualdade, ambos partem de bases distintas de análises e chegam a conclusões diferentes. O próprio Stiglitz pontua algumas críticas em relação a perspectiva e soluções para a desigualdade analisadas por Piketty.

Inicialmente, evidencia-se que as concepções de desigualdade concebidas pelos autores partem de um mesmo ponto, o estado. Mas seguem caminhos distintos. Para Piketty a desigualdade surge a partir dos conflitos políticos, onde é mencionado a divisão política entre direita e esquerda. Por outro lado, Stiglitz associa a política a apenas um órgão de autoridade e atribui a origem da desigualdade as políticas que surgem desse consenso e não do conflito interno.

Na percepção de Piketty o elemento fundamental responsável pelo crescimento da desigualdade está relacionado as causas do sistema capitalista e o seu consequente acúmulo de riqueza. No entanto, para Stiglitz, a desigualdade é fruto de políticas mal sucedidas que vão de encontro com as regras básicas de mercado dentro do sistema econômico. “Se fizéssemos os mercados agirem como mercados, teríamos menos desigualdade, o problema real é que temos mercados distorcidos, em parte por motivos políticos.” (Stiglitz, 2015, apud, Caldeira, 2015).

Stiglitz pontua que explicar o que tem acontecido na desigualdade como sendo consequência da acumulação de capital, analisando os acontecimentos entre a relação de renda e riqueza é um tanto arriscado, pois essa relação pouco explica a ocorrência da desigualdade, já que ela não depende unicamente desses fatores. E com isso, justificar o aumento da desigualdade comparando o crescimento econômico e o acúmulo de capital é uma ligação bastante conflitante.

Outra crítica é articulada a partir da analogia feita por Piketty, relacionando os termos riqueza e capital. Stiglitz acredita que existe uma nítida diferença entre esses termos, e segundo ele, além dessa semelhança entre riqueza e renda, é de grande importância também considerar outros fatores, como as rendas de monopólio. Se houver crescimento entre as rendas de monopólio e um aumento no poder de mercado das empresas relativo aos trabalhadores, como

por exemplo, a capacidade dos bancos em obter garantias do governos, este valor irá tomar altas proporções e se tornar capitalizado.

Dessa forma, esse processo aumenta a riqueza e não o capital. E por isso é necessário refletir sobre todos os componentes utilizados, pois eles fazem uma grande diferença na elaboração de estudos como este.

Outro caso que merece ser evidenciado é o fato de que Stiglitz também não concorda com a ideia de associar o enriquecimento econômico com a poupança dos indivíduos. Isso se explica, pois, que o crescimento da riqueza econômica é gerado pelos ganhos de capital, citando caso parecido, o afrouxamento quantitativo, isto é, a compra pelo Banco Central de ativos de outros Bancos em casos de necessidade de liquidez. E também, pelas baixas taxas de juros que provocam bolhas nos preços dos ativos, causando o aumento de renda daqueles que já possuem um acúmulo da renda, ou seja, os detentores de capital.

Conforme Stiglitz, se ocorre um crescimento do circuito de crédito, verifica-se que esse crédito não contribuiu para mais acumulação de riqueza, serviu apenas para aumentar as bolhas. Houve nos EUA um caso parecido em que as autoridades monetárias permitiram que os bancos emprestassem mais dinheiro, no entanto, foi visto que os financiamentos não repercutiram em novos negócios nem bens de capital. De modo irregular, os financiamentos foram investidos no aumento do valor da propriedade imobiliária e outras estruturas. Nessa perspectiva, o problema evidenciado foi o de que o aumento do circuito de crédito não foi relacionado com desigualdade ou até mesmo com crescimento macroeconômico geral.

Dessa forma, Stiglitz analisa que os envolvimento que o circuito de crédito possui com a desigualdade advém de duas partições. A primeira decorre de um grau macroeconômico, no qual, insinua que se mais da poupança da economia provocam um aumento do valor da propriedade imobiliária em substituição do estoque de bens de capital, então, isto irá estimular o crescimento da produtividade do trabalhador. E conseqüentemente, não irá aumentar os salários. Este fato ocorre por não ter condicionado o investimento adequado que deveria ser feito.

No entanto, ao analisar pelo outro lado, através da segunda partição, verifica-se que há uma razão significativa que contribui para o aumento da riqueza. Quando se desregulamenta, torna-se possível que gere mais empréstimos contra garantia. Assim, os agentes que disponibilizam de mais ativos que podem ser utilizados com garantia, recebem o benefício da valorização dos preços de seus ativos, como por exemplo, a propriedade imobiliária. E assim, favorece os mais ricos, aumentando sua riqueza. Deixando de mão os trabalhadores que não

possuem riqueza. Então, esse desenvolvimento explica que o crédito afeta os preços das propriedades imobiliárias e os preços fixos dos ativos e ambos seguem de forma desproporcional em direção ao risco.

Assim, as divergências em relação aos autores não se limita a esses pontos, em sua exposição de argumentos, Stiglitz identifica que existe um resultado paralelo na solução imposta por Piketty, que se apresenta como a implementação de um imposto progressivo sobre a riqueza. E qualifica como uma atitude rudimentar o arranjo de Piketty em taxar o capital puramente. Em razão de que essa atitude é de difícil aplicação em amplitude global e que cada país possui suas particularidades e talvez esta prática não se aplique a todos os lugares. Então, Stiglitz acredita que a solução mais eficiente para corrigir a desigualdade e as injustiças sociais são as políticas fiscais impostas de acordo com as causas que estimulam a desigualdade em cada país. Somando-se a isto, ele propõe como forma de prevenir um aumento da taxa de retorno, que o governo invista parte dos recursos recolhido de impostos no capital.

5 A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

O Brasil possui um histórico com características de níveis de desigualdade de renda frequente. Székely & Hilgert notaram que o Brasil se destaca em vários relatórios sobre distribuição de renda pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Nações Unidas ou pelo Banco Mundial. Somando-se a isso, o Brasil contém uma característica regional que ocasiona um alto nível de desigualdade no topo da distribuição, constatando-se uma concentração desproporcional entre esses indivíduos do topo.

No âmbito geral, a luta contra a desigualdade é uma busca coletiva de muitos países que enfrentam esse cenário de incertezas globais num ambiente em que suas economias necessitam de transformações urgentes e profundas, não só o Brasil, mas toda a região da América Latina e do Caribe vivenciam este contexto de desigualdade. Nessa circunstância, a CEPAL declarou que combater a desigualdade deve ser prioridade para os países inseridos. A procura de um caminho com maior igualdade é a condição necessária para acelerar o crescimento dos países, avançando com a sustentabilidade ambiental em busca do desenvolvimento (CEPAL, 2018, p. 143).

No entanto, vários estudos analisaram que é possível haver uma propensão capaz de reverter essa desigualdade, e o Brasil já foi um bom exemplo disso. Stiglitz analisou que embora o Brasil já tenha apresentado um dos níveis mais altos de desigualdade, foi evidenciado que durante a década de 1990 esse problema não foi ignorado. Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso as políticas voltadas para a educação foram priorizadas, além disso houve um aumento da participação das camadas mais pobres da população nos centros educacionais. Posteriormente, durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, as políticas foram voltadas para reduzir a fome e a pobreza. Como consequência dessas políticas públicas, houve uma redução da desigualdade durante esse período, os índices sociais referentes a desigualdade se tornaram mais estáveis e o crescimento econômico aumentou.

Neste contexto, foi relatado que durante a maior parte da década de 2000, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres cresceu mais do que a renda per capita dos 10% mais ricos. Essa redução da divergência entre as rendas acompanhou uma diminuição no coeficiente de Gini do Brasil de 0,59 em 2001 para um nível historicamente baixo de cerca de 0,55 em 2007 (Milá, 2015 apud, Barros et al. 2010). “Esta é uma diminuição significativa de qualquer padrão, o que transformou o Brasil em um referência global no debate sobre desigualdade” (Milá, 2015, p. 11). No qual, incluiu seus principais programas de transferência

condicional de renda, a título de exemplo, o Bolsa Família. Embora a desigualdade no Brasil tenha melhorado um pouco nas últimas décadas, a partir dos últimos anos, ela parou de reduzir, e vem se retornando um problema cada vez mais preocupante. Segundo Piketty, o Brasil conseguiu obter um grande destaque em relação a outros países, pois foi capaz de harmonizar nesses últimos anos o crescimento e a redistribuição de renda. Contudo, foi evidenciado que desde pelo menos 2006, a concentração de renda vem crescendo, quase alcançando o topo que foi analisado ao final da década de 1980, quando se concentra a análise na renda total, em vez de renda tributável, revelando uma evolução mais estável da desigualdade. Portanto, os resultados da pesquisa feita em 2015 confirmaram que o Brasil continua sendo uma das sociedades mais desiguais do mundo, apresentando altos níveis de concentração de renda baseados em registros fiscais (Milá, 2015, p. 93).

Este cenário permaneceu se intensificando, quando começou a apresentar as características de uma crise econômica, política e fiscal evidenciada no Brasil desde 2014. O Brasil está enfrentando uma situação de retrocesso do progresso social, a contar em fins de 2002 quando o coeficiente de gini de renda familiar per capita, índice que mede a desigualdade de renda no país vinha reduzindo, estagnou entre 2016 e 2017. Neste segmento, a Oxfam (Comitê de Oxford de Combate à Fome), relatou que a desigualdade de renda no Brasil permaneceu estagnada após um período de 15 anos em que vinha reduzindo mesmo que em pequenas proporções. Desse modo, a pesquisa informou que a situação do Brasil está cada vez mais séria, pois em 2017 o Brasil já foi evidenciado como o 9º país mais desigual em nível mundial (Oxfam, 2018, p. 11).

Segundo Stiglitz, boa parte do problema de desigualdade evidenciado no Brasil é decorrente do setor financeiro que é muito dividido, além de conter uma das taxas de juros mais altas do mundo. A população brasileira tem acesso a diferentes taxas de juros, onde, uns são mais beneficiados em detrimento de outros. Dessa forma, a crítica é relacionada ao BNDES, no qual o acesso é limitado apenas para algumas pessoas. E o restante precisa procurar outros bancos onde as taxas de juros são bem mais altas. “É preciso pensar como reformar o setor financeiro do Brasil para que funcione melhor. Não há razão para o Brasil não crescer e, principalmente, para haver um aumento no desemprego.” (Stiglitz, 2015, apud, Caldeira, 2015.)

No entanto, Marcelo Medeiros acredita que o problema do Brasil é a preferência que o estado atribui a classe mais provida de renda, ele afirma que "a forma como o Estado trata os ricos é mais importante do que como trata os pobres" (Medeiros, M. 2016, apud, Caleiro, J. 2016.). O 1% da população mais rica evidenciada apresenta cerca de um quarto de toda a renda

do Brasil e possui uma capacidade de elevar a desigualdade bem maior do que qualquer outra pessoa que possua uma renda inferior a esse nível. Nesse caso, ele acredita que é atribuída uma maior importância a desigualdade existente entre a parcela dos mais ricos do que entre os pobres (Medeiros, M. 2016, apud, Caleiro, J. 2016.).

Por outro lado, Piketty observa que parte da explicação em relação a alta concentração de renda no Brasil pode estar relacionada ao histórico do país. Porém, as autoridades e os partidos políticos que regiram o Brasil ao longo de sua história poderiam ter revertido essa tendência de desigualdade com práticas que priorizassem a distribuição de renda. Ele acredita que para países emergentes como o Brasil o crescimento é essencial para desenvolver o país e melhorar a qualidade de vida. No entanto, ele não é o único fator capaz de atingir este objetivo. A desigualdade também é um fator importante a se considerar neste processo. E assim, atribui uma importância a transparência em relação a renda e a riqueza dos indivíduos como intuito de fortalecer a democracia e sugere como solução a imposição do imposto sobre as grandes fortunas presente na constituição de 1988, mas que até hoje não foi aderida.

E desse modo, “a alternativa para um Brasil mais justo põe no centro do modelo de crescimento a superação das nossas carências históricas” (Carvalho, L., 2018, apud, Batista). Para Laura Carvalho não existe uma contradição entre superar os problemas e gerar crescimento econômico e empregos. E dessa forma, segundo a Oxfam, os gastos sociais mostraram ter um papel fundamental no combate à pobreza e à desigualdade do Brasil, isto é, as políticas sociais implementadas gerou efeitos positivos com resultados progressivos (Oxfam, 2018, p. 44). Portanto, o Brasil vinha conseguindo reduzir a desigualdade durante um tempo, porém essa jornada estagnou. E desse modo, o cenário evidenciado possui dois caminhos a serem percorridos, voltar a reduzir a desigualdade ou permanecer aprofundando esse problema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível compreender que os autores atribuem uma grande importância a desigualdade como principal problema econômico contemporâneo. Pois, foi visto que um alto nível de desigualdade pode afetar o crescimento e o desenvolvimento de um país. Este estudo trouxe a visão de dois economistas renomados do século XXI que procurou esclarecer a análise individual de cada autor à cerca das soluções que podem ser implementadas em busca de uma sociedade menos desigual. Foi visto também que apesar dos autores estudados seguirem em busca de um mesmo objetivo que é a redução da desigualdade, ambos partem de bases distintas de análises e chegam a conclusões diferentes.

Thomas Piketty mostrou que a desigualdade se encontra no centro dos conflitos políticos envolvendo todos atores econômicos, políticos e sociais através das escolhas individuais que deles são decorridas. E uma das causas mais importantes da desigualdade é a concentração de riqueza nas mãos da minoria da sociedade. Foi visto, que sua maior contribuição para essa área foi a ideia de que a grande influência sobre a distribuição da riqueza se dá pela relação entre o retorno do capital (r) e a taxa de crescimento (g). Se a taxa de crescimento for inferior ao rendimento do capital aumenta-se a concentração do capital. E assim, o elemento fundamental capaz de evitar um aumento da desigualdade é a ação do Estado, através da imposição do imposto progressivo global sobre o capital. No entanto, através do estudo de Joseph Stiglitz foi possível analisar que para ele a desigualdade é compreendida como uma escolha, isto é, é o resultado de políticas injustas implantadas por autoridades que não trabalham pela sociedade em sua totalidade, cujas práticas beneficiam apenas uma parte da população. Stiglitz defende que a desigualdade não está apenas ligada a má distribuição de renda, ela é causada pelas falhas do sistema financeiro e pelas ações do estado que prioriza determinadas classes da sociedade. Dessa forma, ele acredita que a solução mais eficiente para corrigir a desigualdade e as injustiças sociais são as políticas fiscais.

Dada a importância desse assunto, foi explanado um confronto entre ambos os autores, no qual, foi útil em analisar que existe algumas discordâncias entre os autores. Foi posto que Stiglitz pontua algumas críticas em relação ao estudo de Piketty, no tocante a sua base de análise e a alguns termos utilizados, constatando que as conclusões e soluções apresentadas por ele não são suficientes para reverter o quadro da desigualdade.

Portanto, entende-se que o estudo de Piketty contribuiu bastante para a compreensão sobre as tendências da desigualdade em longo prazo, no entanto, a solução de um imposto progressivo global é compreendida como uma alternativa utópica e limitada apenas para alguns lugares, pois não é uma solução aplicável a todos os países e sua imposição é considerada quase impossível dado os interesses privados dos indivíduos.

E por fim, o estudo fez uma análise brevemente em relação a desigualdade de renda no Brasil, evidenciando que durante duas décadas o Brasil se tornou destaque mundial por conseguir reverter o quadro da desigualdade e manter a redução do índice de Gini que mede a renda familiar per capita durante a maior parte da década de 2000. Mas, no entanto, foi visto também que a partir de 2006, a concentração de renda começou a aumentar, e em 2014 o Brasil já se encontrava com características de uma crise econômica, fiscal e social. Onde, em 2016 e 2017 ocorreu uma estagnação do coeficiente de Gini e um aumento da desigualdade de renda, colocando o Brasil numa situação bastante preocupante.

Portanto, a alternativa de um imposto global progressivo poderia funcionar para o Brasil, pois de acordo com Laura Carvalho, o problema do imposto no Brasil, é que aqueles que não precisam do benefício não se interessam em contribuir, e são justamente os mais providos de renda (Carvalho, L., 2018, apud, Batista). No entanto, esta não seria a única solução, o setor financeiro do Brasil também precisa de uma reforma, assim como as prioridades do Estado. Nesse sentido, foi visto que os autores possuem aspectos diferentes em relação ao problema evidenciado no Brasil. E que a solução mais adequada para o país depende das causas mais marcantes que geram a desigualdade. Por isso, um futuro trabalho poderia examinar em maior detalhe as causas que desencadeou a disseminação da desigualdade no Brasil, utilizando dados estatísticos, e com isso adequar a teoria que mais se adapta a situação do caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRAS, João. Stiglitz propõe medidas contra a desigualdade. 2015. <https://jornalgggn.com.br/noticia/stiglitz-propoe-medidas-contr-a-desigualdade> acesso em: 21 de setembro de 2018.
- CALEIRO, João. Tese de Piketty é desmentida por brasileiro no FMI. 2016. <https://exame.abril.com.br/economia/tese-de-piketty-e-desmentida-por-estudo-de-brasileiro-no-fmi/> acesso em: 5 de novembro de 2018.
- CANTANTE, F. O preço da desigualdade. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/O-preco-da-desigualdade/7/34967> acesso em: 12 de setembro de 2018.
- CCE, Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2018. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=Laura-Carvalho-Nao-ha-contradi%C3%A7ao-entre-superar-nossas-desigualdades-gerar-empregos-e-crescer> Acesso em: 26 de novembro de 2018.
- CEPAL, Desarrollo e igualdad: el pensamiento em su séptimo decênio. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/id/254527/S1800087_es.pdf acesso em: 24 de novembro de 2018.
- CEPAL, La ineficiencia de la desigualdade. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43566/4/S1800302_es.pdf acesso em: 23 de novembro de 2018.
- COSTA, ANA. Piketty: Para que o processo virtuoso do capitalismo continue é preciso cuidar da desigualdade. 2014. <https://veja.abril.com.br/economia/piketty-para-que-o-processo-virtuoso-do-capitalismo-continue-e-preciso-cuidar-da-desigualdade/> acesso em: 5 de novembro de 2018.
- DIAS, Priscila. O Capital no Século XXI” de Thomas Piketty: uma abordagem. 2016. 14 f. PUC Rio, 2016
- FRONTEIRAS PENSAMENTOS. Joseph Stiglitz. Temporada 2015. Disponível em: https://www.fronteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produtos_culturais/32ec3f1cd2bc72227bb67dcbfedf6f54.pdf acesso em: 10 de setembro de 2018.
- HOFFMANN, R. A distribuição de renda e o crescimento econômico. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf> acesso em 20 de novembro de 2018.
- KRUGMAN, Paul. O Pânico sobre Piketty. 2014. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-panico-sobre-Piketty%250A/7/30919> acesso em: 10 de setembro de 2018.
- MEDEIROS, Marcelo. Piketty e nós. 2014. <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/piketty-e-nos/> acesso em: 03 de julho de 2018.
- MILA, Morgan. Income Concentration in a Context of Late Development: An investigation of Top Incomes in Brazil using Tax Records, 1933-2013.

OXFAM, País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf acesso em: 26 de novembro de 2018.

PERFEITO, S. BUFFON, M. O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO: UMA VISÃO ECONÔMICA ENTRE O RECONHECIMENTO E A REDISTRIBUIÇÃO. 2017. Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/221/pdf_1 acesso em: 10 de setembro de 2018.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669p

PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 119p

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 2 ed. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de letras 2000.

STIGLITZ, Joseph E. The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future. New York: W.W. Norton & Co, 2012.

Székely, M. & M. Hilgert (1999). 'What's Behind the Inequality we Measure: An Investigation Using Latin American Data', Working Paper, Inter-American Development Bank, Research Department, No. 409.

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA URUGUAY. Stiglitz: Desigualdades sociales obligan a volver a entender como funciona la economia. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/prensa/renderItem/itemId/38398/refererPageId/12> acesso em: 12 de setembro de 2018.